

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Paula Barreto Silva<sup>114</sup>  
(UESB)

Ester Maria de Figueiredo Souza<sup>115</sup>  
(UESB)

### RESUMO

Este trabalho pretende verificar como políticas linguísticas, iniciadas ainda no cenário europeu, tiveram repercussão no ensino de língua portuguesa no Brasil, a partir da observação de acontecimentos sócio-históricos como: a colonização do território brasileiro; a extensão do *Diretório dos Índios*, assinado pelo Marquês de Pombal, para o estado do Brasil; e a democratização do ensino no nosso país. Verifica-se que determinadas políticas linguísticas, legitimadas em cada época histórica, ainda determinam políticas pedagógicas em torno do ensino de línguas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino; Institucionalização; Língua Portuguesa; Norma padrão; Políticas linguísticas.

### INTRODUÇÃO

A língua portuguesa tem sido objeto de muitas reflexões e questionamentos. No âmbito do ensino, normalmente, somos questionados sobre que português ensinar uma vez que, com a democratização do ensino, nos anos 60, as escolas passaram a ser frequentadas por outro perfil de aluno, que nela chega falando uma variedade linguística muito diferente dos padrões utilizados pela elite que até então a frequentava.

Acontece que, nas escolas, predomina o que Bagno (2001) chama de “mito da língua única”, ou seja, a suposição de que há uma unidade linguística no Brasil. Segundo esse autor, isso significa “a criação de

---

<sup>114</sup> Discente do curso de Especialização em Teoria e Método do Ensino de Língua Portuguesa – UESB, *campus* de Vitória da Conquista.

<sup>115</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

universais abstratos, isto é, a transformação das ideias particulares da classe dominante em ideias universais de todos e para todos os membros da sociedade.” (p.51). No entanto, essa classe dominante corresponde a uma parcela reduzida da população total e já não é mais a única realidade presente nas escolas.

Diante desta nova realidade, é preciso considerar que a língua falada pelo aluno é uma língua real, mas não legitimada, ao contrário do que acontece com a norma padrão ensinada na escola, instituída com base nos modelos greco-latinos, que tinham como principal objetivo conservar o purismo da língua e ditar as normas clássicas para aqueles que se dispunham a escrever. Esse modelo clássico, adotado na Europa, foi implantado no Brasil como consequência das políticas de colonização sem que fosse considerada a influência das outras línguas no território.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Na realização desse trabalho, inicialmente foi feita uma retrospectiva histórica da língua portuguesa no decorrer dos séculos de XVI a XX, no cenário Portugal-Brasil, buscando recuperar o processo de institucionalização do português como disciplina escolar. Em seguida, foi investigado em que medida as políticas linguísticas desses cinco séculos foram determinantes na implementação da língua portuguesa como conteúdo de ensino nas instituições escolares do Brasil e, por último, verificou-se as implicações das políticas linguísticas, implementadas ao longo da história, no ensino de língua portuguesa e suas repercussões no ensino atual.

Essa pesquisa tem, portanto, um caráter exploratório e foi realizada mediante levantamento bibliográfico, leitura e análise das informações obtidas de forma a construir um estudo que reúne informações relevantes sobre a institucionalização da língua portuguesa no Brasil na sua relação com o ensino de português.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No fim do século XV e começos do século XVI, já se impunha a necessidade de se sistematizar uma descrição das línguas vernáculas e de se registrar uma referência normativa para os novos Estados Centralizados. Assim, por estar se tornando uma língua nacional e imperial, o português tinha um *status* político que favorecia movimentos unificadores e uma conseqüente normatização. Dessa forma, a partir de 1536, quando Portugal vivia um período de auge político, apareceram as primeiras gramáticas do português, das quais as mais conhecidas são as de Fernão de Oliveira e João de Barros. Tendo sua norma organizada, no século XVI, por essas gramáticas, a língua portuguesa falada pelo Império português atravessa o Atlântico, no contexto de políticas de colonização, e chega ao território brasileiro.

A respeito disto, Mariani (2003) afirma que “o português que se passou a falar aqui traz a memória européia, mas se historiciza na colônia de um modo específico em função do contato com as demais línguas européias, indígenas e africanas.” (p. 75-76). A autora relata que o primeiro confronto de línguas aconteceu com a vinda dos jesuítas e a necessidade se conhecer o vernáculo local para que se pudesse melhor catequizar os indígenas. Dessa forma, o *Tupi* foi eleito como a língua geral e passou a ser estudada.

Apesar de a *língua geral* perdurar até o século XVIII, o ensino de língua portuguesa se tornou obrigatório assim que o Marquês de Pombal assinou *Diretório dos Índios*. A língua portuguesa, então, foi oficializada de modo impositivo, defendendo ser falada, ensinada e escrita nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte. Essa política foi fundamental no sentido da preservação da colônia, no entanto, esse ato ignorou toda a influência das outras línguas no território e as conseqüências que isso poderia acarretar ao longo dos tempos.

Somente no século XIX e início do século XX, essas questões começaram a ser discutidas. Hoje sabemos que, nas escolas, a língua portuguesa não corresponde ao vernáculo dos alunos que a frequenta, ao contrário do que acontecia antes dos anos 60, quando a língua ensinada ainda correspondia aos moldes da elite. A partir dos anos 60, com a massificação e democratização do ensino, a escola viu-se na obrigação de repensar o seu papel, os seus métodos e teorias. Assim, antes de qualquer currículo, planejamento ou metodologia, o professor precisa saber como o português se constituiu como língua nacional e se tornou objeto de ensino.

## **CONCLUSÕES**

A observação da realidade sócio-histórica do português no território brasileiro revela os conflitos entre a língua da terra e a língua transposta e ajudam a explicar as contradições no ensino de língua portuguesa. Essas reflexões mostram que o português ensinado nas escolas está distante da realidade linguística brasileira, que se configura pela mistura de influências europeias, africanas e indígenas e se distancia cada vez mais do modelo europeu.

## **REFERÊNCIAS**

- BAGNO, M. **Dramática da língua portuguesa**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FARACO, C. A. **A questão gramatical e o ensino de português**. In: \_\_\_\_\_. **Norma culta brasileira: desatendo alguns nós**. São Paulo: Parábola editorial, 2008. p. 131-163.

MARIANI, B. S. C. **Políticas de Colonização Lingüística. In: Letras, Espaços de Circulação da Linguagem.** Programa de Pós Graduação em Letras, UFSM, nº 27, julho/dezembro de 2003. p. 73-82.

